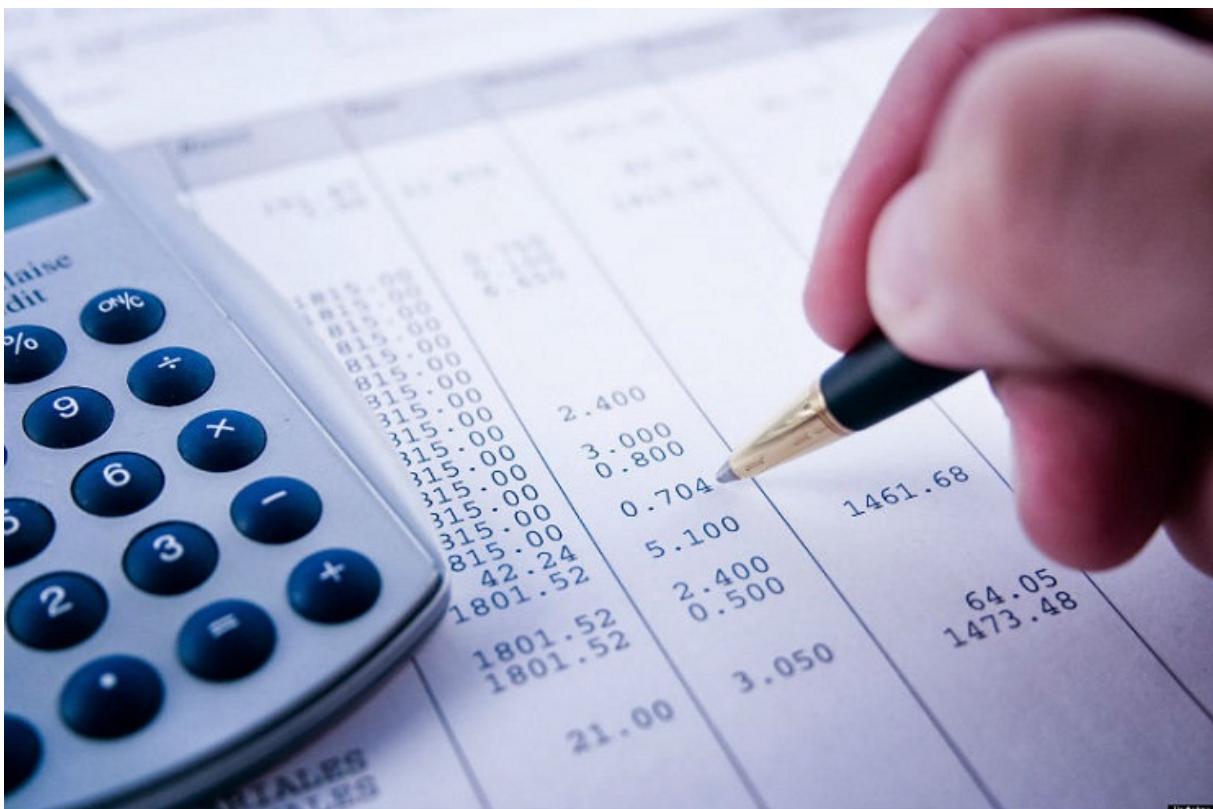




NOTÍCIAS

DECRETO LEGISLATIVO TORNA INVIÁVEL ALONGAMENTO DA DÍVIDA DOS ESTADOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA DISCUTIU ALONGAMENTO DA DÍVIDA COM SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE FAZENDA DE AL, ES, GO E PR



Publicado em 07/03/2016 às 08:31 (Atualizado em 25/12/2025 às 05:33), postado por Comunicação, Fonte: Ministério da Fazenda

Um levantamento do Ministério da Fazenda estima que o Projeto de Decreto Legislativo nº 315/2016 que revoga a metodologia de cálculo para atualização da dívida de estados e municípios, em discussão no Congresso Nacional, inviabilizaria a discussão sobre o alongamento da dívida dos estados. O decreto legislativo reduziria em R\$ 300 bilhões o estoque da dívida dos estados com a União ao se aplicar o cálculo com juros simples no lugar do cálculo com juros compostos. A mudança de metodologia de cálculo traz insegurança jurídica e impõe riscos regulatórios expressivos ao ambiente de negócios financeiros.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira, se reuniu nesta segunda-feira com os secretários estaduais de Fazenda George Santoro (AL), Ana Paula Vescovi (ES), Ana Carla Abrão (GO) e Mauro Ricardo Costa (PR) que demonstraram preocupação com a possibilidade do decreto legislativo ser aprovado no Congresso.



De acordo Dyogo Oliveira, o decreto incorre em ?grave equ?voco t?cnico?, uma vez que a metodologia de juros simples n?o se aplica a nenhum contrato de financiamento. Al?m disso, o secret?rio destacou que os ativos de cr?dito dos estados poderiam sofrer o mesmo des?gio.

A secret?ria de Fazenda do estado de Goi?s, Ana Clara Abr?o, lembrou que esse conceito ? pacificado no mundo todo. ?As rela?es credit?cias s?o regidas pelo regime de juros compostos. Isso nos causou at? algum estranhamento?, afirmou.

Ana Clara Abr?o ressaltou as consequ?ncias pr?ticas ?de se criar um v?cuo na regra de repactua??o dos contratos dos estados com a Uni?o?. Segundo ela, ?o decreto tem o efeito indireto de atrasar nas negocia?es que o Minist?rio da Fazenda prop?s de alongamento da d?vida dos estados?.

O secret?rio de Fazenda de Alagoas, George Santoro, apontou o impacto financeiro que o decreto pode criar para os entes federados. ?V?rios estados e munic?pios j? assinaram o termo aditivo com o Tesouro Nacional e j? contam com redu??o do servi?o da d?vida a pagar?, afirmou.

J? a secret?ria de Fazenda do estado de Esp?rito Santo, Ana Paula Vescovi defendeu ?a aplica??o de uma regra que seja condizente com as regras consolidadas no mercado?. ?N?o nos cabe incluir nenhum aspecto de inseguran?a adicional, mas de pacificar?, afirmou.

A inseguran?a para os estados tamb?m ? uma preocupa??o para o secret?rio de Fazenda do Paran?, Mauro Ricardo Costa. Segundo ele, ?a susta??o do decreto [que regulamenta a repactua??o] inviabiliza a assinatura de aditivos com estados e munic?pios, al?m de criar inseguran?a jur?dica muito grande para aqueles que j? assinaram?.

A proposta em estudo no Congresso Nacional revogaria artigos do decreto 8.616/2015 que regulamentam a repactua??o da d?vida de estados e munic?pios com a Uni?o. A troca de indexadores da d?vida dos estados e munic?pios foi poss?vel gra?as ao Projeto de Lei Complementar 148/2014.

O decreto legislativo, caso aprovado, tornaria invi?vel a discuss?o sobre alongamento da d?vida dos estados e munic?pios. O alongamento ? uma proposta do Minist?rio da Fazenda para reduzir o servi?o da d?vida dos estados, melhorar a capacidade de gest?o fiscal e permitir que esses recursos sejam orientados para investimento em infraestrutura e melhoria de servi?os p?blicos.

De acordo com nota t?cnica do Minist?rio da Fazenda, ?a proposta ? tecnicamente incorreta, podendo trazer um elevado risco sist?mico para a economia brasileira, aumento da inseguran?a jur?dica e aumento das taxas de juros banc?rias. A proposta cria enorme impacto fiscal para a Uni?o e inviabiliza qualquer tipo de negocia??o j? em curso com os Estados?.

Ainda de acordo com a nota, o Minist?rio da Fazenda ressalta que ?a economia brasileira precisa de medidas que aumentem a estabilidade econ?mica e n?o de medidas que criem riscos ou ampliem a inseguran?a entre os agentes?.

Leia[aqui](#)?a ?ntegra da nota t?cnica do Minist?rio da Fazenda sobre a atualiza??o dos contratos de



Câmara Municipal de Ibatiba

refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios.

?



AUTENTICAÇÃO

329eb01d7696abf928a8b48e6fc2c547

<https://ibatiba.es.leg.br/noticia/2016/03/decreto-legislativo-torna-inviavel-alongamento-da-divida-dos-estados.html>